U.PORTO

MESTRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA

Perceções sobre Aborto em Portugal: Influência do género e de variáveis sociodemográficas

Matilde Maria de Novais Pimenta Petrucci Sousa

M

2026

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

PERCEÇÕES SOBRE ABORTO EM PORTUGAL: INFLUÊNCIA DO GÉNERO E VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS

Matilde Maria de Novais Pimenta Petrucci Sousa

Outubro 2026

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia, Psicologia da Justiça e da Desviância, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Orientada pela Doutora ***Ana Luísa Patrão*** (FPCEUP) e coorientada pela Doutora ***Vanessa Azevedo*** (UMAIA).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspetivas, o trabalho e as interpretações do/da autor/a no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto concetuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Sem prejuízo do disposto anteriormente, a autora declara que recorreu a ferramentas de Inteligência Artificial durante o processo de elaboração deste trabalho. Em particular, utilizou-se ChatGPT para auxílio na tradução, formalidade e redução do texto. O recurso a estas ferramentas limitou-se aos usos descritos, mantendo-se as ideias, a análise, a interpretação dos resultados, a elaboração científica e a redação inicial da Dissertação integralmente da responsabilidade da autora.

Resumo

O aborto constitui uma temática divisiva, influenciada por variados fatores sociodemográficos. Em Portugal, a legalização resultou de uma luta histórica pelos direitos reprodutivos e permanece uma conquista relativamente recente. O presente estudo analisou as perceções da população residente em Portugal, considerando a identidade de género, orientação sexual, geração, estado civil, crença religiosa e importância atribuída à religião. Procurou-se compreender a inaceitabilidade do aborto e quem deve deter a decisão. Foram analisados dados do Sexual Health Assessment of Practices and Experiences (SHAPE), recolhidos numa amostra representativa de 2010 pessoas. Realizaram-se análises descritivas, qui-quadrados e regressões logísticas. Embora não tenham sido identificadas diferenças de género na inaceitabilidade do aborto, as mulheres apresentaram maior concordância com a decisão residir na própria mulher, enquanto os homens revelaram preferência pela resolução conjunta. Não foram observadas diferenças na inaceitabilidade em função da orientação sexual, embora participantes não heterossexuais tenham revelado maior apoio à autonomia da mulher. As gerações mais velhas consideraram mais frequentemente o aborto inaceitável, enquanto as mais jovens demonstraram maior apoio à decisão da mulher. Não se evidenciaram diferenças na inaceitabilidade face ao estado civil, embora solteiros, separados, divorciados e viúvos tenham revelado maior apoio à deliberação da mulher. A crença religiosa e a maior importância atribuída à religião associaram-se a atitudes mais opositoras. A geração e a religião constituíram preditores significativos. Estes resultados contribuem para compreender as perceções sobre o aborto em Portugal e poderão informar o debate sobre direitos reprodutivos.

Palavras-chave: aborto; atitudes; identidade de género; orientação sexual; geração; estado civil; religiosidade.

Abstract

Abortion is a divisive issue influenced by various sociodemographic factors. In Portugal, its legalization resulted from a historical battle for reproductive rights and remains a relatively recent achievement. This study analyzed perceptions of the Portuguese resident population regarding gender identity, sexual orientation, generation, marital status, religious belief, and the importance attributed to religion. Specifically, it examined perceptions of the unacceptability of abortion and who should hold decision-making authority. Data from the Sexual Health Assessment of Practices and Experiences (SHAPE), collected from a representative sample of 2010 people, were analyzed. Descriptive analyses, chi-square tests, and logistic regressions were conducted. Although no gender differences were identified in considering abortion unacceptable, women showed greater support that the decision should belong to the woman, whereas men showed a preference for joint decision-making. No differences in perceptions of abortion as unacceptable were observed according to sexual orientation, although non-heterosexual participants showed greater support for women's decision-making autonomy. Older generations more frequently considered abortion unacceptable, whereas younger generations showed greater favor for women's decision-making. No differences in perceptions of abortion as unacceptable were found according to marital status, although single, separated, divorced, and widowed participants showed greater favor for women's decision-making. Religious belief and greater importance attributed to religion were associated with more opposing attitudes. Generation and religion were significant predictors. These findings contribute to understanding perceptions of abortion in Portugal and may inform public debate on reproductive rights.

Keywords: abortion; attitudes; gender identity; sexual orientation; generation; marital status; religiosity.

Introdução

O contexto sociopolítico nacional e internacional traz ciclicamente à discussão, no âmbito dos direitos individuais, questões como a decisão das Mulheres quanto à realização do aborto (Lopes, 2025). O aborto caracteriza-se como a perda de uma gravidez antes que o feto ou os fetos sejam potencialmente capazes de viver independentemente (Potts, 1997). A Organização Mundial da Saúde (OMS) (2024) descreve o aborto como uma intervenção de saúde comum e muito segura quando realizado com um método adequado à duração da gravidez e por alguém com as competências necessárias. Em Portugal, o aborto pode ser realizado por decisão da mulher até às 10 semanas de gestação, e em situações de gravidez resultante de crime sexual, o prazo estende-se até às 16 semanas. Nos casos de malformação grave do feto, o procedimento é permitido até às 24 semanas, e, se o feto for considerado inviável, o aborto pode ser realizado a qualquer momento da gravidez (Lei n.º 16/2007).

Ao longo da história, as atitudes face ao aborto variaram significativamente entre culturas e tradições religiosas, oscilando entre posições de condenação absoluta até formas condicionadas de permissibilidade (Benagiano et al., 2025). A persistência destas divergências demonstra que o aborto permanece um dilema ético complexo, refletindo desacordos profundos acerca do que significa ser pessoa e quais os fundamentos dos direitos morais, em sociedades pluralistas (Coitinho, 2025).

Apesar do aborto ser frequentemente caracterizado como uma questão inerentemente feminina, dado o seu impacto direto sobre o corpo e a autonomia das mulheres, os estudos que avaliam as diferenças de género nas atitudes sobre esta temática apresentam resultados heterogéneos. Num estudo com estudantes universitários de diferentes regiões da Turquia, Cakar et al. (2026) observaram diferenças significativas de género nas atitudes perante o aborto, sendo as mulheres mais favoráveis do que os homens. As mulheres tendiam também a considerar que a decisão final deveria caber exclusivamente à própria mulher, enquanto os homens revelavam maior tendência para defender uma decisão partilhada entre ambos os pais. Adicionalmente, Böttcher et al. (2026), num estudo com 750 estudantes universitários, na Áustria, verificaram maior concordância das estudantes com o direito da mulher a tomar decisões sobre o seu próprio corpo, sendo a diferença estatisticamente significativa. Loll e Hall (2018) identificaram igualmente maior apoio ao aborto entre as mulheres, num estudo multinacional baseado no *World Values Survey*, padrão observado em diferentes países e contextos legislativos

e que se manteve após o controlo de variáveis como escolaridade, idade, religiosidade e situação profissional. Contudo, esta associação não é consensual. Jozkowski et al. (2024), num estudo com 919 adultos estado-unidenses, não encontraram uma associação estatisticamente significativa entre género e pertença às diferentes classes de atitudes relativas à legalidade e restrição do aborto. Por sua vez, Idlbeková e Kocourková (2026) verificaram um efeito significativo do género na Chéquia, onde os homens apresentavam maior probabilidade de considerar o aborto justificável, enquanto, na Eslováquia, não foi identificada uma associação estatisticamente significativa. Estes resultados são consistentes com a revisão de Osborne et al. (2022), que evidenciou resultados diversos e pouco consensuais. Segundo a revisão, algumas investigações apontam para maior apoio entre as mulheres, outras reportam a ausência de diferenças significativas, assim como se evidencia ainda o maior apoio entre os homens. Além disso, as diferenças podem variar consoante o tipo de aborto, as circunstâncias consideradas ou outros fatores, como a religiosidade. Assim, a relação entre género e atitudes perante o aborto não aparenta ser uniforme, parecendo ser influenciada pelo contexto e por outras características dos indivíduos.

Na dimensão da orientação sexual, Worthen (2018) identificou, no seu estudo de perspetivas entre estudantes universitários, que os inquiridos Lésbicas, Gays e Bissexuais (LGB) eram mais propensos a apoiar a legalização do aborto e menos inclinados a apoiar restrições ao mesmo, em comparação com os seus pares heterossexuais. Neste estudo, identificar-se enquanto LGB estava positiva e significativamente associado à ideologia liberal, à identidade feminista, ao apoio ao aborto legal e à escala do liberalismo. Por sua vez, Kogan et al. (2025), numa amostra de 954 adultos estado-unidenses, observaram uma associação entre a identidade LGBTQ+ e o apoio à licitude do aborto. Especificamente, os participantes que se identificavam como LGBTQ+ eram mais propensos a indicar que o aborto deveria ser legal em todas as circunstâncias, em comparação com aqueles que não se identificavam como tal.

A idade constitui igualmente uma dimensão importante na compreensão das atitudes relativas ao aborto. Neste âmbito, Meléndez et al. (2025) concluíram, numa investigação de 244 adultos na Venezuela, que a idade era um preditor estatisticamente significativo das atitudes perante o aborto induzido, estando positivamente associada às atitudes pró-vida e negativamente associada às atitudes pró-escolha e ao apoio aos direitos reprodutivos. Num estudo em Malta, Stabile et al. (2026) evidenciaram que a idade constituía um fator significativamente associado às crenças pessoais dos médicos

relativamente ao aborto. Foram identificadas diferenças estatisticamente significativas entre os médicos com 50 ou mais anos e os grupos etários mais jovens, pelo que apresentavam menor concordância com afirmações favoráveis à descriminalização e ao acesso ao aborto. Igualmente, Hanley (2026) concluiu, na sua investigação dos pareceres de norte americanos caucasianos e latinos, que os participantes mais velhos apresentavam atitudes menos favoráveis ao acesso ao aborto do que os mais jovens, conferindo ainda uma associação mais acentuada entre os participantes caucasianos do que entre os participantes latinos. O autor refere que cada ano adicional de idade estava associado a um declínio substancialmente maior no apoio ao aborto legal. A partir destas investigações evidencia-se um parecer mais favorável por parte dos jovens à legalização e ao acesso irrestrito ao aborto, enquanto indivíduos mais velhos revelam maior propensão a considerar o aborto inaceitável ou a apoiar restrições legais à sua prática.

Alguns estudos ressaltam ainda a influência do estado civil nas atitudes relativas ao aborto. Milmine e Fetner (2024) revelam que participantes casados, divorciados ou em união estável estão associados a uma menor probabilidade de apoiar o aborto por qualquer motivo, em comparação com os solteiros. Já Adamczyk et al., (2024) referem que inquiridos solteiros apresentam opiniões mais liberais sobre o aborto do que os casados, assim como os participantes divorciados e separados têm opiniões mais liberais sobre o aborto e a reprodução assistida do que os casados. Loll e Hall (2018) denotam igualmente esse parecer no seu estudo, observado na comparação dos inquiridos, em que aqueles que não eram casados (solteiros, em união estável ou divorciados/separados) apresentaram pontuações mais favoráveis em relação às atitudes sobre o aborto.

Para além das características relacionadas ao género e sociodemográficas, a literatura tem destacado ainda a importância dos valores e das crenças das pessoas no desenvolvimento das atitudes sobre o aborto. A religião constitui um fator relevante e frequentemente analisado, sobretudo através da religiosidade e da participação em práticas religiosas. Milmine e Fetner (2024) num estudo com 1181 mulheres canadianas, concluíram que participantes religiosos tinham uma probabilidade significativamente menor de apoiar o aborto, por qualquer motivo, em comparação com aqueles sem afiliação religiosa. Além disso, a frequência mais assídua de serviços religiosos estava associada a níveis mais baixos de apoio ao aborto. No contexto polaco, Jonason et al. (2022) analisaram as atitudes face às restrições ao aborto introduzidas pelo governo em 2020. Os resultados demonstraram que os participantes mais religiosos e aqueles que se identificavam como católicos apresentavam menor oposição às novas restrições ao aborto

do que os participantes menos religiosos e não católicos. Especificamente, os participantes católicos consideravam a decisão legislativa menos problemática do que os participantes não católicos. Adicionalmente, uma revisão sistemática analisou os fatores associados às atitudes dos norte americanos em relação ao aborto, entre 2001 e 2016. Os resultados mostraram que a religião foi, de forma consistente, o preditor estatisticamente significativo mais frequentemente identificado nos estudos quantitativos sobre as atitudes perante o aborto (Adamczyk et al., 2020). Além disso, a revisão evidenciou que a influência da religião não se limita à afiliação religiosa, considerando que a intensidade da crença religiosa e o grau de participação em práticas religiosas também desempenham um papel importante na formação das atitudes e dos comportamentos relacionados com o aborto (Adamczyk et al., 2020). De forma semelhante, no contexto grego, Grigoropoulos (2025), num estudo realizado com 236 mulheres religiosas, identificou uma relação estatisticamente significativa entre a religiosidade e as atitudes perante o aborto. Os resultados indicaram que as atitudes antiaborto são mais elevadas entre as mulheres mais religiosas, assim como a religiosidade constitui um forte preditor de atitudes desfavoráveis ao aborto.

O presente estudo assume indiscutível relevância pela sua atualidade temática, com recentes desenvolvimentos legislativos e sociopolíticos verificados a nível nacional e internacional. A análise crítica da perceção do direito ao aborto exige uma compreensão abrangente das diversas perspetivas do debate. Assim, torna-se possível compreender os impactos sistémicos ao nível da saúde pública, dos direitos humanos fundamentais e dos princípios de justiça social, decorrentes dos avanços e retrocessos nesta matéria. Estudar como a identidade de género, orientação sexual, geração, estado civil, crença religiosa e importância atribuída à mesma impacta a perceção relativa ao aborto torna-se essencial, pois estas variáveis funcionam como eixos estruturantes das atitudes individuais, e que se refletem em dinâmicas socioculturais mais amplas, que moldam o debate público.

Apesar da importância destas questões, verifica-se uma clara escassez de estudos que explorem as atitudes face ao aborto no contexto português, especialmente investigações que utilizem amostras de grande dimensão ou que sejam representativas da população nacional. Esta limitação empírica dificulta uma compreensão aprofundada da opinião social perante este assunto, destacando a necessidade de mais investigação nesta área. A exploração das razões e natureza destas diferenças não só enriquece o conhecimento científico sobre os determinantes das atitudes face ao aborto, como também oferece ferramentas concretas para uma sociedade mais informada, equitativa e

respeitadora dos direitos humanos. Assim, o presente estudo teve como objetivo geral explorar como as variáveis como a identidade de género, a orientação sexual, a geração e o estado civil, assim como a crença religiosa e a importância atribuída à mesma, podem influenciar as crenças sobre o direito ao aborto.

Método

Participantes

O presente estudo contou com uma amostra de 2010 participantes, representativa da população portuguesa, dos quais 962 se identificavam como homens e 1045 como mulheres. Quanto à sua orientação sexual, 1840 afirmaram-se como heterossexual, 84 como bissexual e 29 como gay ou lésbica. Quantos às gerações, 278 participantes enquadravam-se na *Gen* (Geração) *Z*, com o intervalo de idades dos 18 aos 28 anos, 527 eram *Millennials*, entre os 29 e os 43 anos, 550 pertenciam à *Gen* (Geração) *X*, dos 44 aos 58 anos, 533 seriam *Baby Boomers*, compreendidos entre os 59 e 77 anos, e 122 categorizavam-se na *Silent Generation,* dos 78 aos 95 anos de idade. Dos participantes, 1196 estavam casados ou em união de facto, enquanto 491 se encontravam solteiros, 175 divorciados, 100 categorizaram-se enquanto viúvos e 23 identificaram-se como separados, ainda que legalmente casados ou em união de facto. Quanto às suas crenças religiosas, 1410 participantes afirmaram-se crentes, enquanto 564 não reportavam crença religiosa. Quanto à importância da religião, 627 participantes responderam não considerar a sua religião nada importante, enquanto 545 relatavam como não muito importante, 486 que seria bastante importante e 306 valorizavam como sendo muito importante (Costa et al., 2025).

Variáveis e Instrumentos

O presente estudo analisou dados recolhidos através da versão portuguesa (Patrão et al., 2024; 2025) do questionário "Sexual Health Assessment of Practices and Experiences" (SHAPE) (World Health Organization - OMS, 2023), um instrumento da OMS originalmente composto por seis módulos, que abordam diferentes dimensões e experiências no âmbito da saúde sexual e reprodutiva. Na versão portuguesa foi acrescentado um sétimo módulo, totalizando-se os seguintes: (A) Dados Sociodemográficos e de Saúde; (B) Saúde Sexual; (C) Biografia Sexual; (D) Práticas

Sexuais; (E) Perceções Sociais e Crenças; e (F) Identidade e Direitos; e (G) Problemas Sexuais, Saúde e Qualidade de Vida.

Tendo em vista os objetivos deste estudo, foram considerados o módulo (A), (F) e (E) (ver Anexo A). No módulo A, concernente aos "Dados Sociodemográficos e de Saúde", foram recolhidas informações referentes à identidade de género e a idade, assim como o estado civil.

Complementarmente, no módulo F, "Identidade e Direitos", utilizou-se os dados relacionados com a orientação sexual, propondo a reflexão "Pensa em si mesmo (a) como sendo", oferecendo opções como "1. Gay ou lésbica", "2. Heterossexual (ou seja, não homossexual)", "4. Outra"; bem como a religiosidade dos participantes, apresentando preferências como, por exemplo, "1. Católica", 5. Judaica", "6. Muçulmana", "8. Sem religião".

Já no módulo E, "Perceções Sociais e Crenças", procurou-se compreender a opinião dos indivíduos relativamente à prática do aborto, expondo escolhas como "1. É aceitável, por qualquer motivo, se assim o desejar.", "2. Só é aceitável em determinadas circunstâncias.", "3. É sempre inaceitável"; como também a perceção de autoridade de tomar essa decisão, oferecendo uma seleção de opções, como "1. Deve ser a própria mulher.", "3. Eles devem decidir juntos.", "5. Uma gravidez nunca deve terminar de forma intencional.".

Procedimentos

O presente estudo, bem como a adaptação e implementação do questionário SHAPE, são parte integrante do Projeto Determinantes Neuro-Psico-Fisiológicos da Saúde Sexual (NEUROPSYCHSEX). Toda a investigação teve início após a obtenção de parecer favorável por parte da Comissão de Ética da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), emitido em 27 de abril de 2023, identificado com o número de referência 2023/04-10.

Durante o processo de submissão ética, foram descritos os procedimentos adotados para salvaguardar os princípios éticos essenciais, incluindo o respeito pela confidencialidade, o anonimato dos participantes e a obtenção do consentimento informado. Os riscos inerentes à participação no estudo foram devidamente comunicados aos respondentes antes da recolha de dados, as chamadas telefónicas não foram gravadas e os contactos da equipa foram disponibilizados para os participantes. O parecer ético

favorável permitiu, assim, a condução do estudo de forma ética e responsável, em conformidade com os padrões de investigação científica.

A recolha de dados do estudo SHAPE realizou-se entre os dias 14 de junho e 15 de outubro de 2023, com uma amostra representativa da população residente em Portugal. Este processo foi realizado em colaboração com uma empresa especializada em estudos populacionais, responsável pela implementação técnica do trabalho de campo (Patrão et al., 2025).

Utilizou-se uma metodologia de recolha mista, combinando inquéritos online com entrevistas telefónicas. As pessoas foram recrutadas através de amostragem por quotas cruzadas, de acordo com o género, o grupo etário e a região de residência, de forma proporcional à distribuição populacional em Portugal continental e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Os critérios de inclusão definiram que os participantes deviam residir em Portugal, ter 18 anos ou mais, dominar a língua portuguesa e dispor de acesso à internet e/ou linha telefónica fixa. Das pessoas participantes, 1426 responderam através dos inquéritos online e 584 por via de entrevistas telefónicas, num total de 2010 respostas validadas (Patrão et al., 2024; 2025).

Análise de dados

O presente estudo, de índole quantitativa, baseou-se na análise estatística dos dados, recorrendo ao software estatístico *IBM SPSS Statistics for Windows*, versão 30.0. Assim, inicialmente foram realizadas análises descritivas, de modo a saber a frequência, a assimetria e curtose para todas as variáveis (identidade de género, orientação sexual, geração, estado civil, religião e importância concedida à religião). Os objetivos foram analisados pelas respostas a duas questões – Inaceitabilidade do Aborto e Poder decisório da realização – através da realização de um teste de qui quadrado. Adicionalmente, foi aprofundado o impacto da geração e da religião através de regressões lógicas.

O valor de p considerou-se estatisticamente significativo quando $p < 0{,}05$.

Resultados

Na Tabela 1 apresentam-se os resultados relativamente à crença da Inaceitabilidade do Aborto. Com base nas respostas dos inquiridos, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas em função da identidade de género, orientação

sexual e estado civil. Observaram-se diferenças estatisticamente significativas quanto à geração, religião e importância reportada da mesma.

Tabela 1

Opinião acerca da inaceitabilidade do aborto em qualquer circunstância

Grupos	Concordo *n* (%)	Discordo *n* (%)	X^2	Grau de Liberdade	*p*
Género					
Mulher	76 (7.3)	923 (88.3)	1.167	1	.280
Homem	58 (6)	856 (89)			
Orientação Sexual					
Não Heterossexual	9 (6.9)	118 (90.8)	.003	1	.959
Heterossexual	123 (6.7)	1643 (89.3)			
Gerações					
Gen Z	14 (5)	250 (89.9)			
Millennials	19 (3.6)	482 (91.5)			
Gen X	39 (7.1)	483 (87.8)	28.969	4	<.001
Baby Boomers	43 (8.1)	467 (87.6)			
Silent Gen	20 (16.4)	97 (79.5)			
Estado Civil					
Solteiros	25 (5.1)	447 (91)			
Casados/União	93 (7.8)	1049 (87.7)	5.787	2	.055
Outros	15 (5)	272 (91.3)			
Religião					
Com crença	110 (7.8)	1231 (87.3)	11.687	1	<.001
Sem crença	21 (3.7)	530 (94)			

Importância Religião					
Nada importante	25 (4)	585 (93.3)	63.752	3	<.001
Não é muito importante	20 (3.7)	510 (93.6)			
Bastante importante	37 (7.6)	425 (87.4)			
Muito importante	49 (16)	234 (76.5)			

Na Tabela 2 evidenciam-se as perceções de quem deve decidir se uma mulher faz um aborto. Verificaram-se diferenças estatisticamente significativas em opções de todas as variáveis estudadas.

Tabela 2

Quem acha que deve decidir se uma mulher faz um aborto (interromper a gravidez)?

Variáveis	**Grupos**		$X^2(1)$	*p*
	Mulheres	**Homens**		
	n (%)	***n (%)***		
Deve ser a própria mulher.	405 (38.8)	248 (25.8)	37.520	<.001
Deve ser o marido ou parceiro.	30 (2.9)	33 (3.4)	.560	.454
Eles devem decidir juntos.	548 (52.4)	609 (63.3)	27.164	<.001
Outras pessoas devem decidir.	8 (0.8)	5 (0.5)	.452	.501
Uma gravidez nunca deve terminar de forma intencional.	30 (2.9)	38 (4.0)	1.868	.172

Variável	Grupos		$X^2(1)$	*p*
	Não Heterossexuais	**Heterossexuais**		
	n (%)	***n (%)***		
Deve ser a própria mulher.	69 (53.1)	574 (31.2)	27.124	<.001
Deve ser o marido ou parceiro.	6 (4.6)	57 (3.1)	.923	.337
Eles devem decidir juntos.	47 (36.2)	1100 (59.8)	28.176	<.001
Outras pessoas devem decidir.		11(.6)	.778	.378
Uma gravidez nunca deve terminar de forma intencional.	5 (3.8)	63 (3.4)	.070	.792

Variável	Grupos					$X^2(4)$	*p*
	Gen Z	**Millennials**	**Gen X**	**Baby Boomers**	**Silent Gen**		
	n (%)	***n (%)***	***n (%)***	***n (%)***	***n (%)***		
Deve ser a própria mulher.	107 (38.5)	203 (38.5)	173 (31.5)	151 (28.3)	19 (15.6)	32.793	<.001
Deve ser o marido ou parceiro.	11 (4)	14 (2.7)	16 (2.9)	19 (3.6)	4 (3.3)	1.511	.825
Eles devem decidir juntos.	142 (51.1)	275 (52.2)	321 (58.4)	329 (61.7)	90 (73,8)	33.288	<.001
Outras pessoas devem decidir.	3 (1.1)	4 (0.8)	2 (0,4)	3 (0.6)	1 (0.8)	1.781	.776
Uma gravidez nunca deve terminar de forma intencional.	4 (1.4)	20 (3.8)	25 (4.5)	19 (3.6)		9.730	.045

Variável	Grupos			$X^2(2)$	*p*
	Solteiros	**Casados/União**	**Outros**		
	n (%)	***n (%)***	***n (%)***		
Deve ser a própria mulher.	189 (38.5)	353 (29.5)	109 (36.6)	16.448	<.001

Deve ser o marido ou parceiro.	11 (2.2)	43 (3.6)	7 (2.3)	2.653	.265
Eles devem decidir juntos.	260 (53)	720 (60,2)	167 (56)	6.707	.035
Outras pessoas devem decidir.	5 (1)	6 (0.5)	2 (0.7)	1.488	.475
Uma gravidez nunca deve terminar de forma intencional.	10 (2)	51 (4.3)	7 (2.3)	6.274	.043

Variável	**Grupos**		***X²(1)***	***p***
	Com crença religiosa	**Sem crença religiosa**		
	n (%)	***n (%)***		
Deve ser a própria mulher.	427 (30.3)	215 (38.1)	10.277	<.001
Deve ser o marido ou parceiro.	57 (4)	7 (1.2)	10.308	<.001
Eles devem decidir juntos.	823 (58.4)	323 (57.3)	.534	.465
Outras pessoas devem decidir.	12 (0.9)	1 (0.2)	2.845	.092
Uma gravidez nunca deve terminar de forma intencional.	55 (3.9)	10 (1.8)	5.910	.015

Variável	**Grupos**				***X²(3)***	***p***
	Nada importante	**Não é muito importante**	**Bastante importante**	**Muito importante**		
	n (%)	***n (%)***	***n (%)***	***n (%)***		
Deve ser a própria mulher.	253 (40.4)	199 (36.5)	119 (24.5)	72 (23.5)	44.091	<.001
Deve ser o marido ou parceiro.	15 (2.4)	11 (2)	21 (4.3)	15 (4.9)	9.206	.027
Eles devem decidir juntos.	342 (54.5)	310 (56.9)	317 (65.2)	170 (55.6)	14.825	.002
Outras pessoas devem decidir.	1 (0.2)	4 (0.7)	4 (0.8)	3 (1)	3.396	.334

Uma gravidez nunca deve terminar de forma intencional.	8 (1.3)	11 (2)	16 (3.3)	31 (10.1)	57.366	<.001

Género

O género não revelou associação com a inaceitabilidade do aborto (Tabela 1), embora esteja associado no poder decisório na realização do aborto (Tabela 2). Mais especificamente, as mulheres tendem mais a considerar que *Deve ser a própria mulher*, enquanto os homens tendem a considerar mais que *Eles devem decidir juntos*.

Orientação Sexual

Para esta variável, pretendeu-se realizar um teste de qui-quadrado, de modo a verificar a existência ou ausência de diferenças de perceções ao aborto face a orientação sexual dos participantes. No entanto, no processo de confirmação dos pressupostos associados a este teste - frequências esperadas mínimas - verificou-se que o limite de 20% das células apresentarem frequências esperadas inferiores a 5, se encontrava violado. Deste modo, recorreu-se a um reagrupamento das opções de escolha. As eleições de orientação sexual *Gay ou Lésbica; Bissexual* e *Outra forma,* foram recodificadas para a categoria *Não Heterossexual*, competindo com a opção *Heterossexual*.

A orientação sexual não demonstrou associação com a Inaceitabilidade do Aborto, (Tabela 1), contudo, na consideração de poder decisório na realização do aborto (Tabela 2), evidenciou-se uma associação. Concretamente, os participantes não heterossexuais revelaram maior concordância que *Deve ser a própria mulher,* enquanto os indivíduos heterossexuais apresentaram maior predominância na opção de *Eles devem decidir juntos.*

Geração

A geração revelou associação com a Inaceitabilidade do Aborto (Tabela 1) - evidenciando maior concordância entre as gerações mais velhas - assim como na consideração de poder decisório na realização do aborto (Tabela 2). Especificamente, as gerações *Gen Z* e *Millennials* apresentaram maior preferência para considerar que *Deve ser a própria mulher,* enquanto a *Silent Gen* revelou predominância na opção *Eles devem decidir juntos.* Além disso a eleição de *Uma gravidez nunca deve terminar de forma intencional* denotou uma prevalência da *Gen X*.

Estado Civil

Atendendo ao estado civil, desejou-se realizar um teste de qui-quadrado, de modo a apurar a presença ou carência de disparidades de perceções dos intervenientes ao aborto. Todavia, no procedimento de asserção dos pressupostos inerentes a este teste - frequências esperadas mínimas - averiguou-se que o limite de 20% das células exibirem frequências esperadas inferiores a 5, se deparava violado. Assim, socorreu-se a um reagrupamento das preferências de escolha. As opções *Separado, mas legalmente casado ou em união de facto; Divorciado* e *Viúvo,* foram recodificadas para a categoria *Outros*, competindo com as opções *Solteiros* e *Casados/União*.

O estado civil não revelou uma associação com a Inaceitabilidade do Aborto, (Tabela 1), no entanto, observou-se uma na consideração de poder decisório na realização do aborto, (Tabela 2). Os participantes *Solteiros* e *Outros* tendem mais a considerar que *Deve ser a própria mulher*, enquanto os participantes *Casados/União* aderem mais às escolhas que *Eles devem decidir juntos* ou que *Uma gravidez nunca deve terminar de forma intencional.*

Crença Religiosa

Nesta variável, pretendeu-se realizar um teste de qui-quadrado, visando apurar a existência ou carência de dissemelhantes perceções relativas ao aborto, considerando a crença religiosa dos sujeitos. Contudo, no processo de confirmação dos pressupostos associados a este teste - frequências esperadas mínimas - verificou-se que o limite de 20% das células exibirem frequências esperadas inferiores a 5, se encontrava violado. Assim, socorreu-se a um reagrupamento das preferências de escolha. As opções religiosas *Católica; Ortodoxa; Protestante; Outra Cristã; Judaica; Muçulmana; Outra não cristã* e *Outra não listado anteriormente* foram recodificadas para a categoria *Com Crença*, competindo com a opção *Sem Crença*.

A crença religiosa demonstrou uma associação face à Inaceitabilidade do Aborto, (Tabela 1), com os participantes *Com Crença* a concordar mais. Na consideração de poder decisório na realização do aborto, (Tabela 2), o mesmo se sucedeu, com os participantes *Sem crença* religiosa a reforçar que a decisão *Deve ser a própria mulher*, enquanto os indivíduos *Com crença* reforçavam a noção de que *Deve ser o marido ou* parceiro ou ainda que *Uma gravidez nunca deve terminar de forma intencional.*

Importância Atribuída à Religião

A importância concedida à religião denotou uma associação com a Inaceitabilidade do Aborto, (Tabela 1), tendo-se revelado mais prevalente entre os participantes que consideraram a sua religiosidade *Muito importante* e *Bastante importante*. A respeito da consideração de poder decisório na realização do aborto, (Tabela 2), também se observou uma associação. Concretamente, quem considerava a sua religiosidade como *Nada importante* e *Não é muito importante*, tendem mais a considerar que *Deve ser a própria mulher.* Já os participantes com religiosidade *Bastante importante* e *Muito importante* aderem mais ao parecer de que *Deve ser o marido ou parceiro.* Além disso, participantes com religiosidade *Bastante importante* tendem a considerar mais que *Eles devem decidir juntos,* e indivíduos que reportaram a sua religiosidade enquanto *Muito Importante* lideram a opinião que *Uma gravidez nunca deve terminar de forma intencional.*

Efeito da religião e da geração nas perceções dos inquiridos face ao aborto

Foi efetuada uma regressão logística para testar o efeito da geração e da religião na perceção de considerar o aborto como inaceitável. O modelo revelou-se estatisticamente significativo, $\chi^2(2) = 32.27$, $p < .001$, indicando que as variáveis independentes contribuíam para explicar a variável dependente, contudo, o poder explicativo foi reduzido (com R^2 de Cox e Snell = .017 e R^2 de Nagelkerke = .043). Relativamente aos preditores individuais, ambos foram estatisticamente significativos. As gerações evidenciaram um efeito positivo significativo ($B = 0.36$, $EP = 0.08$, $Wald = 18.48$, $p < .001$), com *Odds Ratio* = 1.44, sugerindo que pertencer a uma geração mais elevada foi um preditor da perceção de inaceitabilidade. A religião apresentou um efeito negativo significativo ($B = -0.77$, $EP = 0.24$, $Wald = 9.90$, $p = .002$), com *Odds Ratio* = 0.46, indicando menores probabilidades de considerar o aborto inaceitável entre os indivíduos sem crença religiosa, comparativamente aos com crença religiosa. O modelo refletiu uma taxa global de classificação de 93.1%, todavia, tendo classificado corretamente apenas a categoria maioritária ("Aceitável"), o que refletiu reduzido poder discriminativo do modelo.

Foi realizada ainda uma regressão logística para averiguar se a geração e a religião prediziam a probabilidade de o participante concordar que a decisão da realização do aborto deve ser *Da própria mulher*. O modelo foi estatisticamente significativo, $\chi^2(2) = 37.36$, $p < .001$, no entanto, o poder explicativo foi reduzido, com R^2 de Cox e Snell =

.019 e R^2 de Nagelkerke = .027. Relativamente aos preditores individuais, ambos foram estatisticamente significativos. A geração pertencente apresentou um efeito negativo significativo (B = -0.23, EP = 0.04, $Wald$ = 26.79, p < .001), com *Odds Ratio* = 0.80, indicando que o aumento na idade foi um preditor de haver menor concordância com a afirmação que a decisão deve ser da própria mulher. A religião revelou um efeito positivo significativo (B = 0.30, EP = 0.11, $Wald$ = 7.87, p = .005), com *Odds Ratio* = 1.35, sugerindo que não possuir crença religiosa aumenta a probabilidade de considerar que a decisão deve ser da própria mulher. O modelo classificou corretamente 66.7% dos casos.

Discussão

Neste estudo pretendeu-se investigar as diferenças nas perceções relativamente ao aborto, numa amostra representativa da população portuguesa, com foco na sua aceitabilidade e na definição de quem deve ter poder de decisão sobre a sua realização, nomeadamente se essa decisão deve caber à própria mulher. Para análise, foram consideradas várias características sociodemográficas, como a identidade de género, orientação sexual, geração, estado civil, existência de crença religiosa e importância conferida à religião, tendo-se confirmado que estas influenciam determinadas perceções face ao aborto.

Em função da identidade de género, não se verificam diferenças estatisticamente significativas no parecer da inaceitabilidade moral do aborto. Esta ausência de disparidades entre homens e mulheres encontra-se de acordo com Lizotte (2015), que refere que estudos não encontram diferenças consistentes e estáveis entre géneros no apoio à legalização do aborto. A autora sugere que o género, por si só, não constitui um preditor robusto das atitudes perante o aborto. No contexto português, Figueiredo e Silva (2014) verificaram que a orientação política, a afiliação e prática religiosa e as atitudes perante o próprio aborto estavam associadas às intenções de voto favorável ao aborto, num referendo, destacando ainda as convicções religiosas e as atitudes perante o aborto como importantes preditores do comportamento efetivo. Os autores referem que não encontraram diferenças de género nos seus resultados. Deste modo, é plausível que, mais do que o género, outros fatores, como as convicções religiosas, assumam um papel mais determinante. Já na consideração de que, na realização do aborto, deve ser a própria mulher a decidir, os resultados revelam diferenças estatisticamente significativas na

variável da identidade de género, com mulheres mais frequentemente a concordar, comparativamente aos homens. Segundo Cakar et al. (2026), estas diferenças poderão refletir o envolvimento direto das mulheres com a integridade corporal, os cuidados de saúde e as implicações da gravidez, bem como conceções masculinas relacionadas com a autoridade partilhada, a responsabilidade e os papéis de género. Patel e Johns (2009) acrescentam ainda que este resultado se encontra de acordo com o padrão consistente na literatura, que indica que as mulheres tendem a defender papéis de género mais igualitários do que os homens, indicando que uma maior adesão a valores igualitários pode explicar o maior apoio das mulheres ao direito de decisão sobre o aborto.

A valorização da autonomia reprodutiva das mulheres, observada pela forte preferência das mesmas no presente estudo, pode ser compreendida tendo em consideração o contexto histórico de desigualdade de género e de controlo sobre a reprodução feminina. Romanis et al. (2020) salientam que, ao longo da história, as mulheres foram frequentemente definidas pelo seu papel reprodutivo, sendo vistas, principalmente, como gestantes, categorizando o útero enquanto objeto de controlo por parte de maridos, profissionais de saúde e do Estado. Evidencia-se, deste modo, a existência histórica de formas de controlo externo sobre o corpo e a reprodução das mulheres. Cook et al. (2010) denotam ainda que, no caso específico do aborto, estes estereótipos contribuíram para a negação da capacidade das mulheres para tomarem decisões autónomas e moralmente responsáveis. Complementarmente, Huang et al. (2016) argumenta que a idealização das mulheres, e, em particular, da maternidade, vem a detrimento dos direitos reprodutivos das mulheres. Referem, então, a importância que a autonomia reprodutiva confere, neste contexto. Purdy (2006) reforça a importância da autonomia reprodutiva para o bem-estar das mulheres, considerando que a gestação ocorre no seu próprio corpo e que estas assumem, de forma geral, uma parte significativa da responsabilidade pela educação dos filhos. Neste contexto, a maior preferência das mulheres pela possibilidade de decidir sobre a realização do aborto pode ser compreendida como uma expressão da autonomia sobre o próprio corpo e sobre decisões diretamente relacionadas com a sua reprodução.

Relativamente às perceções do aborto, considerando a orientação sexual, não se identificam diferenças estatisticamente significativas na opinião face à inaceitabilidade moral do aborto. Contudo, na consideração de poder decisório, os participantes não heterossexuais revelam maior concordância com a opção de a decisão ser da Mulher. Herek et al. (2010) descrevem os adultos LGB como sendo, comumente, politicamente

mais liberais. Esta orientação política contribui para uma maior valorização da igualdade de género, uma vez que Sevincer et al. (2023) demonstram que pessoas politicamente liberais enfatizam a igualdade e apoiam mais fortemente medidas orientadas a implementar políticas para reduzir desigualdades, do que indivíduos politicamente conservadores. Petersen (2018) complementa esta noção, referindo que indivíduos liberais tendem a apoiar a liberdade de escolha em relação ao aborto, e, semelhantemente, Fidan et al. (2021) concluem que a moralidade sexual liberal constitui o principal fator associado a atitudes favoráveis ao aborto. Assim sendo, é possível teorizar que, alinhando nesta retórica de pensamento, os participantes não heterossexuais demonstrassem maior apoio na autonomia reprodutiva das mulheres e a sua independência de deliberação nesta temática. Similarmente, Grollman (2017), num estudo relativo às opiniões sobre os papéis de género, discriminação e a desigualdade de género e o aborto, evidencia que homens heterossexuais têm as visões mais conservadoras sobre o género, enquanto as mulheres lésbicas e bissexuais são as mais conscientes da discriminação e da desigualdade de género. O autor refere ainda que estas diferenças são parcialmente explicadas pela ideologia política liberal dos norte-americanos LGB e pela maior consciencialização sobre a discriminação homofóbica, acrescentando que estes constituem dois mecanismos que também são marcados pelo género. Neste sentido, Grollman (2017) conclui que a interseção entre orientação sexual e género produz experiências vividas singulares que geram visões do mundo por elas marcadas. Assim, a maior concordância dos participantes não heterossexuais com a atribuição da decisão sobre o aborto à própria mulher pode estar relacionada com atitudes mais igualitárias face aos papéis de género e com uma maior consciência das desigualdades de género.

Quanto às diferenças de opinião do aborto enfatizando as gerações, confirmou-se que as gerações mais velhas apresentam maior tendência para concordar que o aborto é inaceitável em qualquer circunstância, comparativamente a gerações mais novas. Estes resultados são consistentes com a literatura, como Rainey e Jackson (2026) que reportam diferenças substanciais nas atitudes em relação ao aborto entre as diferentes faixas etárias. Neste mesmo sentido, Osborne et al. (2022) verificaram que as coortes mais jovens apoiam o aborto mais do que as coortes mais velhas, sugerindo que os indivíduos mais jovens tendem a manifestar atitudes mais favoráveis ao aborto. Adicionalmente, os autores observam que a idade se correlaciona negativamente com o apoio ao aborto, indicando que o aumento da idade está associado a uma menor probabilidade de apoiar o aborto. Já na consideração de poder decisório na realização do aborto confirmou-se uma

maior adesão à atribuição de poder de decisão à mulher na geração *Z* e nos *Millennials*. Rainey e Jackson (2026) afirmam que, a partir dos 40 anos, aproximadamente, se revela uma trajetória consistente de conservadorismo crescente em relação ao aborto, e tal sugere que idades avançadas estão associadas a atitudes progressivamente mais restritivas relativamente ao aborto. Em consonância, Jones e Cox (2015) indicam que a maioria dos *Millennials* apoia a legalidade do aborto em múltiplos contextos. Além disso, conforme o relatório de investigação de Jones et al. (2019), o apoio à legalização do aborto varia de acordo com as idades, sendo que estado-unidenses mais jovens são mais propensos a afirmar que o aborto deve ser legal na maioria dos casos, comparativamente aos mais velhos. Semelhantemente, o estudo europeu de Brysk e Yang (2023) identifica que características demográficas individuais, como a idade, estão consistentemente associadas a atitudes individuais em relação ao aborto, estando os jovens associados a posturas mais liberais, incluindo o apoio aos direitos reprodutivos, como o aborto.

A maior aceitação do aborto entre os jovens poderá estar associada, entre outros fatores, às formas de acesso à informação sobre sexualidade e saúde reprodutiva. Neste sentido, Altshuler et al. (2015), num estudo realizado com jovens norte-americanos, verificaram que 74% dos participantes apoiavam o aborto. Os autores referiram que os meios de comunicação online constituíam as fontes de informação mais utilizadas pelos jovens para obter conhecimento sobre a sexualidade e o aborto, podendo este maior acesso à informação contribuir para a formação das suas atitudes perante o aborto. Para além da acessibilidade de informação e familiaridade com *media* online, a perceção relativa à autonomia reprodutiva parece também estar relacionada com atitudes mais liberais. Böttcher et al. (2026) afirmam que pontuações mais elevadas na Escala de Autonomia Reprodutiva - escala de autorrelato que mede a capacidade de atingir os objetivos reprodutivos considerando a perceção de tomada de decisão, liberdade de coerção e comunicação - correlacionam-se com atitudes mais positivas em relação ao aborto. Ou seja, a exposição a informação e valorização da autonomia reprodutiva, associada às gerações mais novas, pode influenciar a sua maior preponderância no apoio da prática e empoderamento feminino.

No que concerne a diversidade de perspetivas consoante o estado civil, não se verificam diferenças estatisticamente significativas no parecer da inaceitabilidade do aborto. Contudo, na conceção de poder de decisão sobre a realização do aborto, denota-se maior predominância entre participantes solteiros, na preferência da escolha de que deve ser a própria mulher a decidir. Já os participantes casados ou em união de facto

sobressaem na consideração que uma gravidez nunca deve intencionalmente terminar. Loll e Hall (2018) identificaram diferenças nas atitudes em função do estado civil, verificando que participantes divorciados, entre outras características, apresentavam níveis mais elevados de apoio ao aborto. Esta noção denota-se nos resultados, assim como evidenciado no estudo de Adamczyk et al., (2024), no entanto, a literatura existente não atribui ao estado civil um papel central na explicação das perceções sobre o aborto. Assim, a escassez de investigação específica sobre esta variável dificulta a interpretação dos resultados obtidos.

No âmbito da religiosidade, os participantes sem crença religiosa revelaram uma maior aceitação da prática do aborto. Hanley (2026) revela o mesmo na sua investigação, reportando que a identificação com uma afiliação religiosa esteve associada a níveis mais baixos de apoio ao aborto legal, enquanto os participantes sem afiliação religiosa apresentaram atitudes mais favoráveis ao aborto. Deste modo, a ausência de afiliação religiosa associa-se a uma maior aceitação da prática do aborto, enquanto a afiliação religiosa se relaciona com níveis inferiores de apoio. Além disso, participantes sem crença religiosa revelam maior adesão na decisão de que deve ser a própria mulher a escolher. Já os participantes com crença religiosa representam maior predominância na crença de que uma gravidez nunca deve terminar intencionalmente. Esta relação também é observada por Adamczyk et al., (2024) que verificam que os inquiridos que reportaram níveis mais elevados de religiosidade (i.e., importância da religião e frequência de serviços religiosos) manifestaram maior desaprovação em relação à reprodução assistida e ao aborto.

Salienta-se ainda que, ilustrado pelos resultados do presente estudo, a valorização da religiosidade constitui um fator importante para a expressão de opinião, sendo que uma maior apreciação denota uma prevalência para a concordância com a inaceitabilidade do aborto, enquanto uma menor valorização revela uma discordância mais frequente. Estes resultados são atestados por Bartowski et al. (2012), que observaram que protestantes e católicos mais presentes na sua religião se revelaram significativamente mais opostos ao aborto do que os seus correligionários que compareciam com pouca frequência, evidenciando que um maior envolvimento religioso estava associado a atitudes mais restritivas relativamente ao aborto. Rogobete et al. (2021) também mostraram que uma maior frequência de participação nos serviços religiosos estava associada a uma menor aceitação do aborto e da eutanásia. Do mesmo modo, uma maior frequência de oração pessoal estava associada a uma menor aceitação de ambas as práticas, verificando ainda

um efeito cumulativo destas duas dimensões da religiosidade. Assim, apura-se que tanto a participação religiosa como a prática individual de oração se encontraram associadas a atitudes menos favoráveis relativamente ao aborto. Simultaneamente, a preferência que deve ser a mulher a reter poder decisório é mais expressiva por quem considera a sua religiosidade como nada ou não muito importante, comparativamente aos que atribuem maior importância. Adamczyk (2013) verificou que tanto a frequência em atividades religiosas como a importância dada à religião estavam significativa e positivamente associadas à reprovação do aborto, demonstrando que a valorização religiosa igualmente influencia a opinião relativa à prática do aborto.

Adicionalmente, a geração e a religião evidenciaram-se preditores na probabilidade de considerar o aborto inaceitável, assim como na escolha de que a decisão do aborto deve ser da mulher. Quanto à geração, semelhante aos resultados de Meléndez et al. (2025) e Stabile et al. (2026), confirma-se, nesta amostra, que indivíduos mais velhos apresentam maior probabilidade de considerar o aborto inaceitável. Também o aumento na idade está associado a uma menor probabilidade de considerar que a decisão deve ser da própria mulher, como sugerem Jones et al. (2019) e Brysk e Yang (2023), nas posturas mais liberais dos jovens. Como Milmine e Fetner (2024) e Grigoropoulos (2025) demonstram, confirmou-se que, nesta amostra, indivíduos sem crença religiosa são menos prováveis de considerar o aborto inaceitável, comparativamente aos com crença. Além disso, similar aos resultados de Hanley (2026), a ausência de religiosidade, nesta amostra, aumenta a probabilidade de considerar que a decisão deve ser da própria mulher. Apoiado pela literatura existente e apresentada, confirma-se, nesta amostra representativa da população residente em Portugal, que a geração e a crença religiosa se revelam como as características mais determinantes na identificação de um perfil de opinião relativamente às perspetivas face ao aborto. Considera-se ainda as nuances das características geracionais que caracterizam este fenómeno, como a maior difusão de conhecimento - médico e pessoal - e acessibilidade ao mesmo, na capacitação de formação de pensamento crítico do assunto em questão. Na esfera religiosa, reconhece-se igualmente a relevância do envolvimento assíduo em atividades religiosas na oposição à prática do aborto, contudo, denota-se que a ausência de crença religiosa se sobrepõe independentemente, no que consta à aceitabilidade do aborto e na ponderação exclusiva à mulher.

Relativamente às limitações presentes neste estudo, pode-se indicar a sua natureza transversal, pelo que os dados foram recolhidos num único momento, não permitindo inferir casualidade entre as variáveis sociodemográficas e as atitudes face ao aborto.

Foram testadas associações entre as variáveis, como se evidencia que a idade precede as atitudes, todavia isso não significa que seja a idade, por si só, a provocar essas atitudes, nem se pode afirmar que envelhecer propicia os indivíduos mais contra a prática do aborto, é possível apenas afirmar que as variáveis ocorrem conjuntamente de uma certa maneira (Field, 2018). Adicionalmente, os dados foram obtidos através de um questionário de autorrelato, alguns inclusive em formato telefónico. Nestes cenários, e considerando o tema moralmente sensível como o aborto, é de ponderar a possibilidade de viés de desejabilidade social aquando da resposta, em que para se adequar às normas sociais, os participantes podem apresentar-se de forma positiva, independentemente de suas atitudes e comportamentos reais (Krumpal, 2011). Por sua vez, apesar da dimensão e representatividade da amostra, verificou-se um desequilíbrio significativo entre alguns grupos, notoriamente a variável da orientação sexual, mas também a variável do estado civil e religião, provocando baixo poder estatístico, reforçando cautela na interpretação de comparações. Semelhantemente, denota-se um poder explicativo reduzido das regressões, demonstrando uma capacidade preditiva limitada. Para estudos futuros, seria relevante explorar as perceções relativas ao aborto com um espectro de questões mais diversificadas e numerosas, abordando variados contextos da inaceitabilidade, como em casos de risco de vida da gestante, violação, malformação fetal, motivos económicos, idade gestacional e outras questões provocadoras de deliberação. Aprofundando esta análise, poderia igualmente ser promissor investigar outras variáveis sociodemográficas não analisadas, como a ideologia política, ou sondar a eventual influência de variáveis inquiridas como o contacto e/ou experiência com o aborto, assim como o desejo de engravidar e ser figura parental.

Entre as principais potencialidades deste estudo destaca-se, em primeiro lugar, a utilização de uma amostra representativa da população residente em Portugal, constituída por 2010 participantes, de considerável dimensão. Esta característica permite uma análise mais ampla das perceções relativas ao aborto no contexto nacional e reforça a relevância dos resultados para a compreensão das atitudes da população residente. A utilização de uma amostra representativa constitui simultaneamente uma vantagem particularmente importante perante a escassez de estudos nacionais sobre esta temática. Seguidamente, enfatiza-se a diversidade das variáveis sociodemográficas consideradas. A inclusão da identidade de género, orientação sexual, geração, estado civil, crença religiosa e importância atribuída à religião permitiu analisar o fenómeno a partir de diferentes dimensões individuais e sociais. Esta abordagem permitiu compreender de que forma

diferentes dimensões dos participantes se relacionam com as suas perceções sobre o aborto. Destaca-se ainda a análise de duas dimensões distintas das atitudes perante o aborto, sendo essas a perceção da sua inaceitabilidade em qualquer circunstância e a atribuição do poder de decisão relativamente à prática. A consideração simultânea destas dimensões constitui uma mais-valia, uma vez que permite distinguir entre uma avaliação moral da prática e uma posição relativa à autonomia e ao poder decisório. Deste modo, o estudo não se limita a identificar se os participantes são mais ou menos favoráveis ao aborto, procurando também compreender quem consideram que deve deter a autoridade para tomar essa decisão. Complementarmente, a realização de testes qui-quadrado permitiu identificar associações entre as diferentes características dos participantes e as suas perceções sobre o aborto, enquanto a utilização de regressões logísticas possibilitou explorar o contributo conjunto da geração e da religião na previsão das atitudes analisadas. Esta combinação de análises permitiu não apenas descrever diferenças entre grupos, como também aprofundar a compreensão dos fatores associados às perceções estudadas. A utilização da versão portuguesa do questionário Sexual Health Assessment of Practices and Experiences (SHAPE) constitui igualmente uma potencialidade, visto que a recolha de dados através de uma metodologia mista, combinando inquéritos online e entrevistas telefónicas, permitiu ainda alcançar participantes através de diferentes modalidades de resposta, contribuindo para a abrangência da recolha de informação.

O presente estudo apresenta relevância científica e social ao contribuir para o conhecimento das atitudes face ao aborto num contexto português, numa área em que a investigação nacional permanece relativamente limitada. Os resultados permitem identificar padrões associados à geração e à religiosidade e evidenciam a importância de considerar diferentes dimensões sociodemográficas e valorativas na compreensão deste fenómeno. Neste sentido, o estudo poderá constituir um ponto de partida para futuras investigações, nomeadamente através da comparação dos resultados portugueses com evidência internacional, bem como de compreender melhor os fatores que poderão contribuir para as diferenças observadas entre os diferentes grupos.

Conclusão

Este estudo pretende contribuir para uma melhor compreensão das perceções da população residente em Portugal relativamente ao aborto, caracterizando mais

detalhadamente os apoiantes da atribuição de poder decisivo à própria mulher, assim como os perfis de discordância da realização do aborto. Os resultados demonstram que gerações mais velhas, assim como a posse e convicção religiosa forte, apresentaram maior tendência para considerar o aborto inaceitável em qualquer circunstância. Inversamente, as mulheres, assim como as gerações mais novas, pessoas divorciadas, viúvas e solteiras, indivíduos sem crença religiosa ou de fraca valorização da religião atribuem mais frequentemente a ponderação da prática do aborto à própria mulher.

Os resultados obtidos reforçam a pertinência de aprofundar o estudo científico das variáveis sociodemográficas identificadas como relevantes para a compreensão das atitudes face ao aborto, procurando compreender, de forma mais detalhada, os mecanismos que poderão estar a contribuir para as diferenças observadas. Em particular, a influência da geração e da religiosidade identificada neste estudo evidencia a necessidade de continuar a explorar de que forma as crenças e as experiências individuais e sociais contribuem para a construção das perceções relativas ao aborto.

A obtenção de um melhor entendimento sobre a as atitudes e perceções da população residente em Portugal relativamente ao aborto poderá demonstrar relevância no contexto do debate público. Evidenciando-se como uma temática socialmente divisiva, compreender a diversidade de posições existentes e os fatores associados poderá contribuir para um debate mais fundamentado em evidência científica e ciente da pluralidade de perspetivas existentes. A identificação dos grupos que apresentam diferentes padrões de perceções poderá igualmente permitir um entendimento das tensões em torno dos valores morais e religiosos e do estatuto atribuído à gravidez e ao aborto. O acompanhamento sistemático das perceções da população poderá constituir uma fonte relevante de informação para compreender possíveis tendências de mudança social e a forma como estas se relacionam com a discussão pública e política em torno do aborto. Assim, a investigação científica sobre esta temática poderá assumir um papel importante tanto na produção de conhecimento académico, como na promoção de uma discussão pública mais informada e na compreensão das transformações sociais que poderão influenciar o debate nacional sobre os direitos reprodutivos.

Referências

Adamczyk, A., Cuvilier, F., Chen, F.-Y., Tseng, C.-C., & Lin, Y.-A. (2013). The effect of personal religiosity on attitudes toward abortion, divorce, and gender equality: Does cultural context make a difference? *EurAmerica, 43*(1), 213–253. https://doi.org/10.7015/JEAS.201303_43(1).0005

Adamczyk, A., Kim, C., & Dillon, L. (2020). Examining Public Opinion about Abortion: A Mixed-Methods Systematic Review of Research over the Last 15 Years. *Sociological Inquiry*, *90*(4). https://doi.org/10.1111/soin.12351

Adamczyk, A., Suh, B., & Lerner, L. (2024). Analysis of the relationship between religion, abortion, and assisted reproductive technology: Insights into cross-national public opinion. *Social Science Research*, *120*, 103012. https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2024.103012

Altshuler, A. L., Gerns Storey, H. L., & Prager, S. W. (2015). Exploring abortion attitudes of US adolescents and young adults using social media. *Contraception*, *91*(3), 226–233. https://doi.org/10.1016/j.contraception.2014.11.009

Benagiano, G., Gemzell-Danielsson, K., Habiba, M., Mancuso, S., & Shantha-Kumari, S. (2025). Induced abortion in the world: 1. Perception of abortion throughout the centuries and by religions. *International Journal of Gynecology & Obstetrics*, *171*(3), 1148–1155. https://doi.org/10.1002/ijgo.70318

Böttcher, B., Riedl, D., Reiser, E., Flatscher-Thoeni, M., & Toth, B. (2026). Abortion knowledge, attitudes and reproductive autonomy among university students in Austria: a cross-sectional study. *Frontiers in Reproductive Health*, *8*. https://doi.org/10.3389/frph.2026.1820413

Brysk, A., & Yang, R. (2023). Abortion Rights Attitudes in Europe: Pro-Choice, Pro-Life, or Pro-Nation?. *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, vol. 30, pp. 1–31. https://doi.org/10.1093/sp/jxac047

Cakar, A., Senkoylu, K., Erenler, E., Ozer, S., Kocu, C., & Sakarya, S. (2026). Gender differences in attitudes towards abortion: a cross-sectional study from Türkiye. BMC Medical Ethics. https://doi.org/10.1186/s12910-026-01433-3

Coitinho, D. (2025). O problema moral do aborto. *Ethic@ - An International Journal for Moral Philosophy*, *24*, 01–26. https://doi.org/10.5007/1677-2954.2025.e107192

Cook, R. J., Cusack, S., & Dickens, B. M. (2010). Unethical female stereotyping in reproductive health. *International Journal of Gynecology & Obstetrics*, *109*(3), 255–258. https://doi.org/10.1016/j.ijgo.2010.02.002

Costa, P. A., Patrão, A. L., Carrito, M., Quinta Gomes, A. L., Azevedo, V., & Nobre, P. (2025). SHAPE Questionário de avaliação das práticas e experiências em saúde sexual. Zenodo. https://doi.org/10.5281/zenodo.17020590

Fidan, A., Alagoz, R. and Karaman, N. (2021), Liberal sexual morality, religion, and attitudes toward abortion in Turkey. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 60: 914-933. https://doi.org/10.1111/jssr.12755

Field, A. (2018). *Discovering Statistics Using IBM SPSS Statistics* (5th ed.). Sage Publications. ISBN 978-1-5264-1951-4

Figueiredo, A., & Silva, J. (2014). The Abortion Referendum in Portugal: The Influence of Psychosocial Variables in the Voting Intentions and Behaviour of Portuguese Youth. *Contention: The Multidisciplinary Journal of Social Protest,* vol. 2(1), pp. 5-24. https://doi.org/10.3167/cont.2014.020102

Grigoropoulos, I. (2025). Social-Psychological Dynamics of Greek Women's Attitudes to Abortion: Internalized Misogyny and Personal Belief in a Just World Moderate Religious Opposition to Abortion. *Sexuality Research and Social Policy*. https://doi.org/10.1007/s13178-025-01185-6

Grollman, E. A. (2017). Americans' Gender Attitudes at the Intersection of Sexual Orientation and Gender. *Journal of Homosexuality*, *66*(2), 141–172. https://doi.org/10.1080/00918369.2017.1398022

Hanley, E. (2026). Abortion Attitudes in the Age of Trump: A Comparison of Latino and White Americans. *Social Science Quarterly*, *107*(2). https://doi.org/10.1111/ssqu.70144

Herek, G. M., Norton, A. T., Allen, T. J., & Sims, C. L. (2010). Demographic, Psychological, and Social Characteristics of Self-Identified Lesbian, Gay, and Bisexual Adults in a US Probability Sample. *Sexuality research & social policy : journal of NSRC : SR & SP, 7(3),* 176–200. https://doi.org/10.1007/s13178-010-0017-y

Huang, Y., Davies, P. G., Sibley, C. G., & Osborne, D. (2016). Benevolent Sexism, Attitudes Toward Motherhood, and Reproductive Rights. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *42*(7), 970–984. https://doi.org/10.1177/0146167216649607

Idlbeková, B., & Kocourková, J. (2026). The new role of abortion in the context of low fertility in Czechia and Slovakia. *Scientific Reports*, *16*(1). https://doi.org/10.1038/s41598-026-54962-7

Jonason, P. K., Zajenkowski, M., Szymaniak, K., & Leniarska, M. (2022). Attitudes towards Poland's ban on abortion: Religiousness, morality, and situational affordances. *Personality and Individual Differences*, *184*, 111229. https://doi.org/10.1016/j.paid.2021.111229

Jones, R. P., & Cox, D. (2015). *How race and religion shape millennial attitudes on sexuality and reproductive health: Findings from the 2015 Millennials, Sexuality, and Reproductive Health Survey*. Public Religion Research Institute.

Jones, R. P., Jackson, N., Najle, M., Bola, O., & Greenberg, D. (2019). *The state of abortion and contraception attitudes in all 50 states: Findings from the 2018 American Values Atlas*. Public Religion Research Institute.

Jozkowski, K. N., Crawford, B. L., Hawbaker, A., Parker, E., Golzarri Arroyo, L., & Turner, R. C. (2024). Attitudes toward abortion legality and abortion regulation: Insights from a nationally representative study. *Social Science Quarterly*, *105*(5), 1649–1667. https://doi.org/10.1111/ssqu.13443

Kogan, L. R., McDonald, S. E., & Swan, L. E. T. (2025). Pets and politics: Associations between pet ownership, political views, and voting intentions. *Human-Animal Interactions*. https://doi.org/10.1079/hai.2025.0010

Krumpal, I. (2011). Determinants of Social Desirability Bias in Sensitive surveys: a Literature Review. *Quality & Quantity, 47(4),* 2025–2047. https://doi.org/10.1007/s11135-011-9640-9

Lei n.º 16/2007. (2007). *Diário da República*. Série I, n.º 75/2007. https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/1900-65965911-65926566

Lizotte, M. K. (2015). The Abortion Attitudes Paradox: Model Specification and Gender Differences. *Journal of Women, Politics & Policy*, *36*(1), 22–42. https://doi.org/10.1080/1554477X.2015.985151

Loll, D., & Hall, K. S. (2018). Differences in abortion attitudes by policy context and between men and women in the World Values Survey. *Women & Health, 59*(5), 465–480. https://doi.org/10.1080/03630242.2018.1508539

Lopes, M., (2025). Alteração às regras do aborto chumbadas. PSD rejeita ir além do referendo. *Público.* https://www.ed.pt/2025/01/10/politica/noticia/alteracao-regras-aborto-chumbadas-psd-rejeita-ir-alem-referendo-2118314

Meléndez, S. E. N, Meléndez, A. F. N., & Romero, O. E. N. (2025). Sociodemographic factors predictors of attitudes towards induced abortion. *TEACS, 18*(37), 25–35. https://doi.org/10.5281/zenodo.18155621

Milmine, L., & Fetner, T. (2024). Practice What You Preach: Complicating the Relationship among Christian Religious Identity, Abortion Attitudes, and Reported Abortion Experiences among Canadians. *Socius*, *10*. https://doi.org/10.1177/23780231241245843

Organização Mundial de Saúde. (2024). *Abortion.* https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/abortion

Osborne, D., Huang, Y., Overall, N. C., Sutton, R. M., Petterson, A., Douglas, K. M., Davies, P. G., & Sibley, C. G. (2022). Abortion Attitudes: An Overview of Demographic and Ideological Differences. *Political Psychology, 43*(S1), 29–76. https://doi.org/10.1111/pops.12803

Patel, C. J., & Johns, L. (2009). Gender role attitudes and attitudes to abortion: Are there gender differences?. *The Social Science Journal, 46*(3), 493–505. https://doi.org/10.1016/j.soscij.2009.02.006

Patrão, A. L., Gonsalves, L., Brizuela, V., & Nobre, P. (2025). Shaping the WHO Sexual Health Assessment of Practices and Experiences Questionnaire: a descriptive study on the real-world example from Portugal. *Sexual and Reproductive Health Matters*, *33*(1), 2554458. 10.1080/26410397.2025.2554458

Patrão, A. L., Makuch, M. Y., Zotareli, V., & Nobre, P. (2024). The sexual health assessment of practices and experiences (SHAPE) questionnaire: Adaptation Process and Results of the Data Collected during the Pre-Test in Portugal. *O Mundo da Saúde*, *48*, e1617202. https://doi.org/10.15343/0104-7809.202448e16172024P

Petersen, M. B. (2018). Reproductive interests and dimensions of political ideology. *Evolution and Human Behavior, 39(2),* 203–211. https://doi.org/10.1016/j.evolhumbehav.2017.12.002

Potts, M., Diggory, P., & Peel, J. (1977). *Abortion*. Cambridge University Press. ISBN: 9780521213880

Purdy, L. (2006). Women's reproductive autonomy: Medicalisation and beyond. *Journal of Medical Ethics*, *32*(5), 287–291. https://doi.org/10.1136/jme.2004.013193

Rainey, C., & Jackson, R. A. (2026). Does support for the legal right to an abortion differ across generations in the United States?. *PLoS One*, *21*(3). https://doi.org/10.1371/journal.pone.0341223

Rogobete, S. E., Francis, L. J., & McKenna, U. (2021). Examining the Connection between Religion and Attitude toward Socio-Economic Human Rights and Attitude toward Euthanasia and Abortion among Romanian Orthodox Adolescents: Contrasting the Effects of Intrinsic and Extrinsic Religiosity. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, *18*(20), 10837. https://doi.org/10.3390/ijerph182010837

Romanis, E. C., Begović, D., Brazier, M. R., & Mullock, A. K. (2020). Reviewing the womb. *Journal of Medical Ethics*, *47*(12), 820–829. https://doi.org/10.1136/medethics-2020-106160

Sevincer, A. T., Galinsky, C., Martensen, L., & Oettingen, G. (2023). Political Ideology Outdoes Personal Experience in Predicting Support for Gender Equality. *Political Psychology*, *44*(4), 829–855. https://doi.org/10.1111/pops.12887

Stabile, I., Stabile, N. P., & Dibben, A. (2026). How Do Religion, Gender and Age Affect Doctors' Beliefs and Attitudes about Abortion in Malta. *Family Planning - Emerging Research and Global Perspectives*. https://doi.org/10.5772/intechopen.1014575

Worthen, M. G. F. (2018). "All the Gays Are Liberal?" Sexuality and Gender Gaps in Political Perspectives among Lesbian, Gay, Bisexual, Mostly Heterosexual, and Heterosexual College Students in the Southern USA. *Sexuality Research and Social Policy*, 17. https://doi.org/10.1007/s13178-018-0365-6

ANEXOS

ANEXO A – Perguntas retiradas do questionário SHAPE

Módulo A: Dados Sociodemográficos e de Saúde

O conjunto de questões que se segue é sobre as suas principais características sociodemográficas e a sua saúde, de forma geral.

[A2] Hoje, identifica-se como:

1. Homem
2. Mulher
3. De outra maneira. Especifique.
9. Prefiro não responder

[A3] Quantos anos fez no seu último aniversário?

_____ Anos

999. Prefiro não responder

Módulo E: Perguntas sobre Perceções Sociais e Crenças

Nesta secção, faremos perguntas sobre as suas crenças acerca da sexualidade e da saúde sexual e reprodutiva. Não há respostas certas nem erradas para as perguntas que serão feitas, estamos apenas interessados na sua opinião.

[E12] Qual das seguintes afirmações está mais próxima da sua opinião pessoal?

1. É aceitável uma pessoa fazer um aborto (interromper uma gravidez), por qualquer motivo, se assim o desejar.
2. Só é aceitável uma pessoa fazer um aborto (interromper uma gravidez) em determinadas circunstâncias.
3. É sempre inaceitável uma pessoa fazer um aborto (interromper uma gravidez), independente das circunstâncias.
4. Prefiro não responder.

[E13] Quem acha que deve decidir se uma mulher faz um aborto (interromper a gravidez)?

1. Deve ser a própria mulher.
2. Deve ser o marido ou parceiro.
3. Eles devem decidir juntos.
4. Outras pessoas devem decidir. Especifique quem. _____
5. Uma gravidez nunca deve terminar de forma intencional.
6. Prefiro não responder.

Módulo F: Identidade e Direitos

Nesta secção as perguntas são sobre os seus direitos e identidade. Perguntaremos sobre temas como a sua orientação sexual, identidade de género, e situações de discriminação, por exemplo. Adicionalmente, perguntaremos sobre algumas características pessoais como, profissão, estado civil, etc.

[F1] Pensa em si mesmo (a) como sendo:

1. Gay ou lésbica
2. Heterossexual (ou seja, não homossexual)
3. Bissexual
4. Outra forma (identidade) que não foi aqui listada [passe para F1.1]
5. Não sei [passe para F1.2]

999. Prefiro não responder

[A4] Qual é o seu estado civil?

1. solteiro (a)
2. casado (a) ou em união de facto
3. separado, mas legalmente casado ou em união de facto
4. divorciado
5. viúvo

[F10] Qual é a sua religião atual?

1. Católica

2. Ortodoxa
3. Protestante
4. Outra cristã
5. Judaica
6. Muçulmana
7. Outra não cristã
8. Sem religião
9. Prefiro não responder
10. Outra não listada anteriormente

[F10.1] Qual a importância da religião e das suas crenças religiosas para si neste momento?

a. Nada importante
b. Não é muito importante
c. Bastante importante
d. Muito importante